

Informativo Eletrônico produzido pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU

Brasília, 16 a 20 de outubro de 2017 – Nº 291

[Ação pede suspensão de portaria ministerial que altera regras de combate ao trabalho escravo](#)

[Norma sobre investigação criminal pelo Ministério Público é questionada pela OAB](#)

[Cassadas liminares que suspendiam homologação de parte da Terra Indígena Arroio-Korá](#)

[Possibilidade de bloqueio de bens pelo TCU será julgada pelo Plenário do STF](#)

[Juiz deve determinar emenda da inicial mesmo após contestação em ação civil pública](#)

[Decisão que nega provimento a agravo pode fixar honorários recursais](#)

[STJ confirma legalidade de decreto que restabeleceu alíquotas de PIS e Cofins sobre receitas financeiras](#)

[Juízo estadual é quem decide sobre necessidade de manter preso em penitenciária federal](#)

[JFPB registra mais de 100 adesões às intimações por WhatsApp](#)

Informativo STF - Nº 881

Plenário

[Imunidade parlamentar e medida cautelar](#)

1ª Turma

[HC: Crime militar impróprio e competência - 2](#)

[Constituição Federal de 1988 e defensores admitidos sem concurso público](#)

2ª Turma

[Atentado violento ao pudor e regime inicial semiaberto](#)

Conheça a [CAJU](#)

Para acessar as edições anteriores do InfoCAJU, clique [aqui](#)